CARACTERIZAÇÃO DO ENTORNO DO IFRR/CAMPUS NOVO PARAÍSO: DIVERSIDADE E COMPLEXIDADE SOCIOCULTURAL E AMBIENTAL DE UMA ESCOLA DA REGIÃO AMAZÔNICA.

Adeline CARNEIRO(1) Crisonéia GOMES(2)

(1)Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Amajari, rua das dálias,219 – Pricumã – Boa Vista/Roraima - <u>adeline@ifrr.edu.br</u>

(2)Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima/Campus Amajari, Av. Glaicon de Paiva, 1122- Pricumã - Boa Vista/Roraima - <u>crisoneiabrito@yahoo.com.br</u>

RESUMO

A presente pesquisa foi realizada em abril 2010 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRR/Campus Novo Paraíso, situado no município de Caracaraí, na Vila Novo Paraíso, no estado de Roraima, visando conhecer as características do entorno do referido *Campus*, tencionando favorecer, a partir desta imersão na realidade de intervenção, práticas pedagógicas significativas e impactantes para as comunidades atendidas.

Buscamos contextualizar o IFRR, e mais especificamente o *Campus* Novo Paraíso, a partir do levantamento de informações históricas, políticas, sociais e demográficas, no intuito de desenhar e compreender o cenário onde vivem os discentes atendidos por esta instituição.

Para o desenvolvimento da Pesquisa em pauta, definimos como metodologia, a realização de um levantamento a partir de uma abordagem quanti-qualitativa.

Os conhecimentos construídos a partir deste levantamento, podem subsidiar as intervenções de caráter pedagógico e social realizados pela instituição, bem como, orientar estudos de demanda para a definição de políticas de ensino e oferta de cursos de formação profissional inicial e continuada, de forma a assegurar uma aplicação das tecnologias disponibilizadas pela escola à comunidade, considerando e respeitando suas especificidades e diversidade sociocultural e condições ambientais.

Palavras-Chave: diversidade, contextualização, educação profissional e tecnológica.

INTRODUÇÃO

No contexto da educação rural, no estado de Roraima, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRR), em seu *Campus* Novo Paraíso, oferta educação profissional integrada ao ensino médio a jovens oriundos da zona rural da região sul do estado, sendo estes, migrantes ou filhos de migrantes vindos dos mais diversos estados brasileiros, em busca de oportunidades de melhorar sua qualidade de vida através do trabalho no campo.

O impacto social que se espera da aplicação de políticas públicas voltadas para a educação profissional, direcionada a estas facetas da realidade da juventude brasileira, depende de vários aspectos estruturais, porém do ponto de vista do desenvolvimento da formação, qualidade/quantidade de

conhecimentos conceituais e procedimentais construídos, serão tão melhor aproveitados quanto for consistente a formação pessoal e cidadã do jovem. (ZABALA, 1998)

Neste aspecto, a escola, enquanto espaço de construção de conhecimentos e formação, não pode ser entendida separada do trabalho, pois a formação se articula com a produção, o mundo do trabalho e o meio ambiente, produzindo a cultura, integrando vivências, aprendizados, experiências de participação, construindo identidades pessoais e coletivas, tornando imprescindível, portanto, um equilíbrio neste percurso de formação, onde se contemple o saber ser, saber fazer e saber conhecer. (RIBEIRO, 2002)

O Projeto Político Institucional – PDI do IFRR, em sua missão, faz alusão ao conceito de territorialidade, considerando de grande importância compreender os variados aspectos que o compõem, para a nortear sua prática, com vistas a fomentar o desenvolvimento. Desta forma, apresentamos esta pesquisa na intenção de contribuir para a construção da caracterização do entorno social, político, econômico e ambiental que influencia e sofre influência da cultura local.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E DADOS LEVANTADOS

A pesquisa aqui proposta foi de natureza básica, pois pretendemos gerar conhecimentos úteis para uma melhor compreensão sobre a realidade onde o IFRR, através do *Campus* Novo Paraíso, vem promovendo educação profissional e tecnológica, a partir da realização de um levantamento.

Os procedimentos adotados foram a pesquisa bibliográfica, onde levantaremos os dados primários relativos à informações populacionais, demográficas, educacionais, sociais e econômicas, nos municípios da região sul do estado de Roraima, sendo este o Universo da Pesquisa. Após a coleta das informações, as mesmas foram organizadas de maneira a permitir a compreensão sobre as trajetórias e aspectos relevantes que constituem o cenário onde se desenvolvem as atividades do IFRR/*Campus* Novo Paraíso.

O cenário da pesquisa: conhecendo o território

Para compreendermos o cenário atual onde desenvolvemos nossa pesquisa, é importante conhecermos alguns aspectos relevantes que revelam como este panorama foi se construindo historicamente, como numa breve retrospectiva onde os fatos considerados mais relevantes e influenciadores do presente, foram se constituindo.

Roraima é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado na Região Norte, sendo o mais setentrional e menos populoso, fazendo fronteira com a República Cooperativista da Guiana, a Leste, e com a Venezuela, a Norte e a Oeste. Tem 964 km de fronteira com a Guiana e 958 km com a Venezuela. Roraima limita-se ao Norte com a República da Venezuela; ao Sul com os Estados do Amazonas e Pará; ao Leste com a Guiana; e a Oeste com o Amazonas e a República da Venezuela.



Figura 1- Localização do estado de Roraima no mapa do Brasil.

Em Roraima encontra-se o ponto mais extremo do Brasil. Trata-se do Monte Caburaí, fato desconhecido de muitos. Ocorre que até pouco tempo, atrás era considerado como o ponto mais extremo do país, o Oiapoque, no Amapá.

Roraima possui clima ameno, oscilando a temperatura entre 15°C e 20°C, nas áreas dos planaltos mais elevados – acima de 1.800m. Nas áreas mais baixas, a temperatura média mínima mensal é de 25°C, e a máxima é de 38°C, com ocorrências isoladas de temperaturas por volta dos 40 °C. Nas duas áreas, o índice pluviométrico anual supera os 2.000 mm, sendo o período das chuvas entre

abril e setembro. Já a estação seca, chamada de verão, é de outubro a março. O estado tem uma área de 224.298,98 km² (14° do país).

Roraima tem por capital a cidade de Boa Vista única capital brasileira totalmente no hemisfério Norte. Predomina em Roraima a floresta amazônica, havendo ainda uma enorme faixa de savana no Centro-Leste. É um estado chuvoso, entrecortado por inúmeros rios, Roraima constitui um diversificado mosaico de culturas, fauna e flora.

Seu ponto culminante, Monte Roraima, empresta-lhe o nome. Etimologicamente resultado da contração de *roro* (verde) e *imã* (serra ou monte), foi batizado por indígenas pemons da Venezuela.

Roraima é componente da Amazônia Legal¹, juntamente com os estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Amapá e Tocantins e mais uma parte do oeste do estado do Maranhão. A área de abrangência da Amazônia Legal perfaz cerca de 5 milhões de km² (4.978.247 km²), correspondendo a 60% da área total do Brasil. (SOMBRA, 1994; apud MAGALHÃES, 2008, p. 34).

A Amazônia Continental, compreendendo além dos estados brasileiros já citados, uma área que se estende desde a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, se destacando pela sua expressividade geográfica:

Vigésima parte da superfície terrestre, quatro décimos da América do sul, três quintos do Brasil, um quinto da disponibilidade mundial de água doce, um terço de reservas mundiais de florestas latifoliadas. (MATTOS, 1980, p.23)

A Amazônia integra além de espaços geográficos, diversidades climáticas e botânicas, uma bacia hidrográfica singular e uma variedade de características socioeconômicas.

Conforme Magalhães (2008, p. 35), há grande diversidade também cultural na Amazônia, pois apenas quanto ao uso da língua, encontramos populações que falam português, espanhol, holandês, inglês, francês, e ainda, uma grande quantidade de línguas indígenas.

A organização social e produtiva na Amazônia Legal, em geral, reflete as diferentes movimentações populacionais ocorridas desde o fim do século XIX. Por exemplo, na parte oriental, a migração recente de nordestinos contribuiu para a formação de uma identidade diferenciada em relação à da Amazônia ocidental, que se distingue por ter populações estabelecidas há muito tempo, em especial devido ao ciclo da borracha. Já na parte meridional, os migrantes das regiões Sul e Sudeste brasileiros influenciaram na estruturação de formas de produção a partir estabelecimentos agropecuários mais modernos tecnologicamente.

O processo de migração para a região norte, principalmente na década de 1970, foi fortemente influenciado pelas políticas de integração regional, desenvolvidas pelo Governo Federal. Dentre tais políticas podemos citar como principais responsáveis pela a atração de contingentes populacionais, o incentivo aos grandes projetos agropecuários e minerais, a colonização dirigida, a abertura de estradas e a criação da Zona França de Manaus.

Conforme os resultados do Censo demográfico 2000, apenas os estados do Amapá, o Amazonas e Roraima tiveram crescimento superior a 40% da população de não naturais entre 1991 e 2000. De acordo com estes dados, os referidos estados continuaram a receber fluxos de migrantes significativos, sendo que, a maioria destes migrantes saiu do estado do Pará e do Maranhão, se estabelecendo nos centros urbanos. Na contramão deste movimento, observa-se no mesmo período, o estado do Maranhão com uma intensa evasão populacional, onde a população de não naturais cresceu apenas 0,8%.

É importante destacar que até o ano 2000, segundo o Censo Demográfico, viviam na Amazônia legal 20,3 milhões de pessoas (12,32% da população nacional), sendo que 68,9% desse contingente em zona urbana. No contexto desta discussão sobre o processo de povoamento da região norte, é importante salientar que Roraima é um estado constituído por diversas etnias. Povos indígenas, verdadeiros nativos, habitavam também esta região do país, tendo sido encontrados desde o período inicial de sua colonização pelos portugueses.

Concentrando-se principalmente nas regiões do lavrado e das serras. Os índios de Roraima no século XVII pertenciam ao tronco lingüístico Karibe, dos quais descendem as atuais tribos Macuxi, Taurepang, Ingaricó, Waimiri-Atroari, Maiongong, Wai-Wai e Yanomami.

O termo Amazônia Legal, foi criado em ação governamental a partir da Lei nº 1806, de 1953, quando foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, posteriormente transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, no Governo Castelo Branco, em 1966.

Atualmente, quanto às terras indígenas, Roraima tem a peculiaridade de possuir um percentual de quase 47% de seu território demarcado como reserva indígena, estando tais reservas distribuídas ao longo do estado como um todo, conforme o mapa a seguir:²

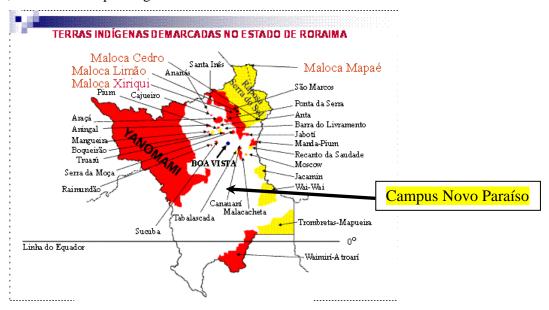


Figura 2- Terras indígenas demarcadas no estado de Roraima.

De acordo com os dados fornecidos pela FUNASA, disponíveis no site do Portal do Governo do Estado de Roraima, a população indígena do estado é de 46.106 hab., sendo 15.000 hab. da etnia Yanomami e 31.106 hab. distribuídos dentre as etnias Macuxi, Patamona, Taurepang, Wapixana, Wai-Wai e Waimiri-Atroari.

Com todas estas peculiaridades, Roraima encontra-se em âmbito nacional ocupando a segunda colocação dentre os estados cuja população é composta por maior percentual de migrantes, ficando atrás apenas de Brasília, conforme o resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde identificou que 45,9% da população é composta por migrantes. Segundo a pesquisa, os principais fluxos imigratórios foram oriundos do Nordeste (50%), seguidos da própria Região Norte (34%). Os Estados mais importantes do Nordeste, sob a ótica da emissão, foram o Maranhão (64%) e o Ceará (20%), enquanto no Norte, foram o Amazonas (71%) e o Pará (20%).

Atualmente, o quantitativo mais expressivo de assentamentos rurais concentra-se nas regiões sul e sudeste de Roraima, sendo que diferem muito quanto ao tamanho e capacidade de assentamento, porém, em geral, são construídas a partir das rodovias principais, se dividindo em vicinais. Os assentamentos são divididos em lotes que variam de 50 a 100 hectares de terras. Inicialmente coube ao INCRA conduzir a distribuição dos lotes; atualmente, há também o Instituto de Terras de Roraima-ITERAIMA, que também promove assentamentos.

Assim, podemos concluir sobre a formação da população de Roraima que, como nos esclarece Freitas (1998, p.35) que as características da formação do povo roraimense são um retrato fiel do Brasil, mas com forte predominância nordestina.

No que se refere à educação, de acordo com a análise de Cavalcanti (1949) à época do território, este sempre foi um tema secundário; A conseqüência é que apenas em 1989 foi efetivado o ensino superior em Roraima, a partir da implantação da Universidade Federal de Roraima, quatro anos após ter sido autorizada pela Lei nº 7.364/85. A UFRR é a primeira Instituição Federal de Ensino Superior a instalar-se em Roraima e é considerada uma das mais novas do País.

² Mapa disponível em http://www.ecoamazonia.org.br/Docs/demarcação/imagens/equilibrio_federativo_clip_imagem006.gif Acesso em 26/06/2009.

Logo, até então, um estudante pobre com bom desempenho escolar só poderia prosseguir nos seus estudos se mudasse de estado. Situação que dificilmente ocorria devido a sua condição socioeconômica.

Até então, os filhos de famílias abastadas tinham que ser enviados para outros estados para alcançarem o nível de escolaridade superior.

Sobre educação, conforme Freitas (1998, p. 36) Roraima dispõe de uma rede física pública estadual satisfatória tanto em quantidade, quanto em qualidade, nas zonas urbanas. Contudo, no interior do estado, a rede pública municipal deixa a desejar em ambos os aspectos, e a rede estadual, em especial, sobre as escolas situadas nas vilas e vicinais, que se encontram distantes das áreas urbanas dos municípios, ainda se encontra um expressivo quantitativo de professores leigos, como trataremos mais detalhadamente adiante.

O Governo do Estado de Roraima, bem como a Prefeitura de vários municípios do interior, tem realizado concursos públicos para professor, principalmente a partir do ano 2000, visando efetivar seus quadros docentes com a formação preconizada pela LBD; todavia, nas áreas de vicinais e vilas mais afastadas, as precárias condições de vida não favorecem a permanecia de docentes qualificados com suas famílias, que tão logo conseguem, são removidos para trabalhar na capital do estado, Boa Vista.

É importante destacar que, o até então Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-CEFET/RR, vem de uma trajetória de 15 anos direcionado à formação profissional nas áreas da indústria e serviços, sendo a implantação destas unidades com perfil agrícola um desafio a ser superado.

O IFRR/campus Novo Paraíso oferece prioritariamente o ensino agrícola, tendo como missão a oferta da educação profissional para o homem do campo. Está localizado na região sul do estado de Roraima nas proximidades da Vila Novo Paraíso, no município de Caracaraí, distante 256 Km da capital do estado, Boa Vista.

Essa localização é importante e estratégica por ser muito próximo do anel rodoviário localizado na Vila Novo Paraíso, que interliga a BR-174 (acesso de Boa Vista a capital do amazonas, Manaus) a BR-210 que dá acesso aos municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe, e ainda, a BR-432 que permite também o acesso ao município do Cantá.

Portanto, situar-se próximo deste ponto de interseção entre os caminhos que levam a diversos municípios representa um aspecto favorável, devido à melhor oferta de transportes coletivos que circulam neste espaço, considerando-se que o Campus em questão, foi construído numa clareira da floresta amazônica, conforme a foto de sua vista área nos oportuniza observar:³



Figura 3- Vista aérea do IFRR/Campus Novo Paraíso.

³ Fonte: Coordenação de Comunicação do IFRR/Campus Novo Paraíso.

O IFRR/Campus Novo Paraíso tem uma área de abrangência, que permite o acesso aos seus cursos e atividades de estudantes filhos de agricultores e proprietários rurais residentes e demais moradores de 06 pequenos municípios do estado, que juntos perfazem um total de 68.623 habitantes, conforme especificação a seguir: São Luiz do Anauá, com 6.324, São João da Baliza, com 5.384, Rorainópolis, com 23.599, Caroebe, com 5.844, Caracaraí, com 17.259 e Cantá, com 10.213 habitantes.

Sobre a caracterização da população residente no entorno do Campus, o Professor Edvaldo Pereira da Silva (2008, p.34), atual Reitor pro tempore do IFRR, em seu estudo sobre a implantação da Pedagogia da Alternância no IFRR/Campus Novo Paraíso, a descreve como uma comunidade rural constituída por pequenos proprietários rurais assentados em projetos de colonização, originários do fluxo migratório, principalmente entre as décadas de 70 e 80. Sendo em sua maioria pobres, em seus lotes doados pelo INCRA ou pelo Governo do Estado de Roraima, constroem seus casebres. Ocorre um alto índice de desagregação familiar em decorrência do envio dos filhos para os centros urbanos para estudar, muitas vezes acompanhados de suas mães, permanecendo o pai sozinho no lote.

Essas comunidades vivem basicamente da agricultura de subsistência e do extrativismo, inclusive da floresta.

O IFRR/Campus Novo Paraíso está localizado na região abrangida pelo Território da Cidadania Sul de Roraima – RR, ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que alcança uma área de 99.325,70 Km², sendo composto por 5 municípios também atendidos pelo IFRR/Campus Novo Paraíso: Caracaraí, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz, constituindo-se num potencial parceiro no atendimento conjunto a estes municípios. A população total abrangida pelo território é de 58.499 habitantes, dos quais

49,34% deste total vivem na zona rural. A área em questão possui 5.055 agricultores familiares, 8.730 famílias assentadas e 5 terras indígenas, conforme o Sistema de Informações Territoriais do referido Ministério.

O Programa Território da Cidadania foi lançado pelo Governo Federal no ano 2008, com os objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são consideradas pelo Programa como fundamentais para sua realização exitosa.

O referido Programa envolve ações de 19 ministérios e prioriza territórios rurais. Dentre os critérios considerados na escolha dos territórios destacamos que são priorizados os locais que apresentam o menor Índice de Desenvolvimento Humano-IDH⁴, a



Figura 4- Distribuição dos Territórios da Cidadania no Brasil.

maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária, a maior concentração de comunidades quilombolas e indígenas, o maior número de beneficiários do Bolsa Família, a maior organização social e pelos menos garantir um território por estado.

O país já conta com 120 Territórios da Cidadania, sendo 12 localizados na região centro-oeste, 56 na região nordeste, 27 territórios na região norte, 15 na região sudeste e 10 na região sul, conforme ilustra o mapa ao lado.

O IFRR/Campus de Novo Paraíso está localizado na região abrangida pelo Território da Cidadania Sul de Roraima, ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que alcança uma área de 99.325,70 Km² e abarca uma população de 58.499 habitantes.

Aproximadamente metade da população do Território da Cidadania Sul (49,34%) reside na zona rural. A área do território possui 2.468 agricultores familiares, 8.730 famílias assentadas e 5 terras

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e esperança média de vida. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual.

indígenas⁵. O Território engloba 5 municípios do Estado de Roraima: Caracaraí, Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza e São Luiz.

Em relação aos demais critérios utilizados pelo Programa Territórios da Cidadania, o estado de Roraima atende a cerca de 34 mil famílias, sendo aproximadamente 34 mil famílias, residentes na área de abrangência do Programa em pauta.

No que se refere ao IDH, os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2005 indicam que apesar do índice de desenvolvimento humano (IDH) do Estado de Roraima (0,750) estar abaixo da média do Brasil (0,701), e abaixo de todos os demais estados localizados na Região Norte, ele se encontra em um patamar superior quando comparado a média da Região Nordeste (0,716), em especial em se tratando do estado do Maranhão (0,683) responsável pelo maior fluxo de migrante para Roraima. Contudo, o IDH médio dos municípios alcançados pelo Programa Territórios da Cidadania é de 0,69, situando a região atendida com um desenvolvimento inferior em relação ao estado como um todo.

Afora os assentamentos rurais abrangidos pelo Território da Cidadania, que atende apenas a região sul do estado de Roraima, encontramos espalhados pelas restantes regiões, outras áreas de assentamento estabelecidas pelo INCRA, tendo contemplado especialmente os migrantes.

Além das áreas de assentamentos rurais, o estado de Roraima conta ainda áreas demarcadas como terras indígenas e áreas de preservação ambiental como parques e florestas nacionais.

Em Roraima o IBAMA administra 8 unidades de conservação: 3 parques nacionais, 3 estações ecológicas e 2 florestas nacionais, sendo estas:

Parque Nacional do Monte Roraima- Localizado no município de Uiramutã. Recentemente esse parque perdeu um pouco da sua área devido à homologação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol; Parque Nacional do Viruá- Localizado no município de Caracaraí; Parque Nacional Serra da Mocidade- Localizado no município de Caracaraí; Estação Ecológica de Maracá – Localizada no município de Caracaraí; Estação Ecológica de Niquiá- Localizada no município de Caracaraí; Floresta Nacional de Roraima- Localizada nos municípios de Mucajaí e Alto Alegre; Floresta Nacional do Anauá- Localizada no município de Rorainópolis.

Os alunos matriculados no IFRR/Campus Novo Paraíso residem em municípios que são abrangidos pelo Programa Federal Territórios da Cidadania, sendo denominado Território da Cidadania Sul de Roraima. Moram tanto nas sedes dos municípios, quanto em vilas e vicinais⁶. Esta afluência ocorre em consequência da localização estratégica do Instituto, que foi construído próximo ao anel rodoviário localizado na Vila Novo Paraíso.

Este anel rodoviário interliga a BR-174⁷ à BR-210 e permite o acesso aos municípios de São Luiz do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. O mesmo anel rodoviário interliga a Vila Paraíso à BR-432, que permite o acesso ao município do Cantá. Tal localização permitiu o acesso de jovens aos diversos municípios do entorno. Entretanto, apesar da localização privilegiada do Instituto, não há alojamento para os discentes, o que os obriga a se deslocar diariamente por estradas (estaduais e federal) que se encontram em mal estado de conservação. Isto transforma o percurso casa – Instituto –casa em uma jornada cansativa e perigosa, em ônibus desconfortáveis e estradas precárias.

As extensões percorridas diariamente pelos alunos variam aproximadamente entre 12 km, no caso dos discentes que residem na Vila Novo Paraíso, município de Caracaraí, até 80 km para os que residem mais distante, no município de São Luis do Anauá. Porém, utilizamos como referência para aproximar as distâncias acima, a sede dos municípios, embora 58% dos alunos residam em vilas ou vicinais.

.

⁵ Ver http://www.territoriosdacidadania.gov.br/

⁶ Os termos vilas e vicinais são usuais em Roraima. O termo vila designa uma pequena concentração de casas construídas ao longo das estradas, sendo estas integrantes dos municípios. O termo vicinal denomina as estradas de pequeno porte, sem pavimentação ou asfaltamento, que abrem caminho a partir das estradas federal e estadual (BR-174 e RR-220) para as áreas de assentamentos rurais, sítios e fazendas.

⁷ A BR-174 é uma rodovia federal que permite o acesso da cidade de Boa Vista (capital do Estado de Roraima) à capital do Estado do Amazonas: a cidade de Manaus.

No entanto, é inegável que a interiorização do IFRR possibilitou aos jovens rurais residentes do Território da Cidadania Sul de Roraima a oportunidade de usufruírem uma educação pública de qualidade. Estes jovens freqüentam uma instituição com uma realidade completamente diversa da maioria das escolas rurais do Estado de Roraima, principalmente as de ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta construção da caracterização do entorno do IFRR/Campus Novo Paraíso visa apresentar a multiplicidade de situações nas quais esta se encontra imersa, acrescentando-se o fato, da diversidade ocasionada pelo caldo cultural em que nos encontramos, devido às origens e tradições advindas de vários estados. Os alunos matriculados no IFRR/Campus Novo Paraíso são parte de deste contexto, sendo influenciados e exercendo influência ao mesmo tempo sobre esta realidade.

Estes são alguns aspectos que julgamos relevantes para a compreensão do cenário onde desenvolvemos nossa pesquisa, destacando algumas facetas que contribuíram na trajetória de construção da realidade do estado de Roraima, que certamente nos auxiliaram na abordagem sobre as perspectivas de futuro dos jovens rurais, em especial, os atendidos pelo IFRR/*Campus* Novo Paraíso.

Assim, buscamos no referido levantamento conhecer as características do entorno do referido *Campus*, de maneira a favorecer, um planejamento e desenvolvimento de atividades de formação profissional e tecnológica que atenda as necessidades das comunidades localizadas na região, ao mesmo tempo em que busca o cumprimento da missão institucional do IFRR no que se refere a contribuir para o desenvolvimento sustentável, considerando a territorialidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. INEP/MEC. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD. Brasília-DF, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amostra do Censo Demográfico 2000**. IBGE, 2000.

CAVALCANTI, Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco.** Rio de Janeiro: Jornal do Comércio e Cia, 1949.

FREITAS, Luis Aimberê Soares. **Estudos Sociais:** Roraima. (Geografia e História). São Paulo: Corprint, 1998.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos. **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima:** 1943-1988. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma geopolítica Pan-Amazônica. Rio de Janeiro: Olympio, 1980.

RIBEIRO, Marlene. Uma escola básica do campo como condição estratégica para o desenvolvimento sustentável. Caderno II: **CONFERÊNCIA ESTADUAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO.** Porto Alegre: SEC/RS, abr. 2002. p. 50-58.

SILVA, Edvaldo Pereira. **Pedagogia da Alternância:** uma proposta metodológica para a UNED Novo Paraíso. Rio de Janeiro: Universidade federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola, 2008

SOMBRA, Raimundo Nascimento. *Fundamentos de História e Geografia do Amazonas*. Manaus: Prisma, 1996.

ZABALA. Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.